

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO

**DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA SATA HOLDING, S.A.**

20 DE MARÇO DE 2023



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia reuniu no dia 13 de março de 2023, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência, a fim de proceder à audição da Dra. Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves, indigitada pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da SATA HOLDING, S.A.

O *Curriculum Vitae* da Dra. Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).



2.º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

A Dra. Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves, na qualidade de gestora indigitada para a Presidência do Conselho de Administração da SATA HOLDING, S.A, começou por dizer que já era administradora executiva da SATA, acrescentando que agora tinha mais um desafio.

A Gestora apresentou alguns dados relacionados com a SATA e com o processo de reestruturação que a empresa está a passar, sendo que o processo de reestruturação é dividido em três blocos (financiamento, reorganização societária e privatizações).

No que diz respeito aos financiamentos, estes estão praticamente concluídos, ou seja, a Comissão Europeia autorizou um avale de 135 milhões de euros, autorizou um financiamento, sem aval do Governo Regional, no valor de 60 milhões de euros para pagar dívidas antigas e autorizou aumentos de capital pelo acionista, o Governo Regional, no montante de 144 milhões de euros em dinheiro e de 173,8 milhões de euros sob a forma de absorção de dívidas da SATA.

No que concerne à reorganização societária, disse que implicava a criação de uma Holding que ficaria detentora de 100% das três sociedades do Grupo SATA, que já está constituída (início de 2023) e que neste momento estão a fazer todos os registos dos movimentos financeiros e contabilísticos.

Relativamente ao processo de privatização da SATA Azores Airlines, a Presidente indigitada informou que este está a decorrer como planeado e neste momento estão na fase de divulgação da privatização para a obtenção de possíveis propostas, num prazo de 90 dias depois de aberto o processo e a decisão final serão conhecidos entre setembro e outubro.

Por fim, a Presidente indigitada apresentou alguns dados económicos referentes ao ano de 2022. Referiu que o Grupo SATA tem tido uma performance acima do setor na Europa. Em termos de pontualidade, têm conseguido manter níveis satisfatórios, apesar dos constrangimentos que decorreram dos problemas de outros aeroportos, nomeadamente no de Lisboa. E, para 2023, espera um crescimento ainda mais significativo, em termos de receita e EBITA, apesar do esforço suplementar que advém do aumento com o custo dos combustíveis.

Em suma, a Presidente indigitada refere que o grupo tem tido uma operação consistente e têm conseguido implementar aquilo a que o grupo se propôs com a Comissão Europeia.



De seguida deu-se início aos pedidos de esclarecimentos por parte dos Deputados.

O Deputado Rui Martins, relativamente ao processo de privatização em que se encontra a empresa, questionou se a Presidente indigitada considera que estão reunidas as condições para o processo decorrer naturalmente e se considera que os resultados que a SATA vem tendo podem ser um fator decisivo para essa privatização.

A Dra. Teresa Gonçalves referiu que tem trabalhado neste processo desde o primeiro dia, não tendo qualquer dúvida na boa condução deste processo e está certa de quem comprar a companhia leva uma empresa bastante otimizada.

O Deputado Rui Martins exercendo o seu direito à réplica e tendo em conta que, apesar de na elaboração do caderno de encargos terem sido tidas em conta algumas preocupações dos parceiros e das estruturas sindicais, houve, recentemente, um parecer negativo por parte dos funcionários a este caderno de encargos. O Deputado quis saber se isto será motivo de preocupação.

A Dra. Teresa Gonçalves respondeu que o caderno de encargos criado apresenta um equilíbrio interessante para todas as partes e para um possível comprador, mas que estão a analisar este tema com mais profundidade.

O Deputado Antonio Vasco Viveiros referiu que está descansado com os resultados que a SATA Air Açores vem apresentando e que o que lhe preocupa é o processo de privatização, nomeadamente, porque há prazos que têm de ser cumpridos e porque a SATA fica impossibilitada de receber injeções de capitais públicos. Perguntou se o último reforço de 135 milhões de euros de capitais públicos é suficiente para colmatar algum imprevisto. Por último, perguntou se há interessados em comprar a SATA.

A Dra. Teresa Gonçalves respondeu que o Grupo tem a almofada necessária para acautelar qualquer imprevisto e que estão confiantes que vão ter estabilidade para manter a operação. Referiu que há interessados e que, assim que o caderno de encargos seja lançado, terão maior visibilidade nesse sentido. Por fim, acrescentou, dizendo que a TAP está impedida de fazer qualquer compra, por estar num programa de auxílio de estado.

O Deputado Antonio Vasco Viveiros, exercendo o seu direito de réplica, perguntou se o interesse em comprar a SATA poderá vir de qualquer companhia. Ao que a Dra. Teresa Gonçalves



respondeu que sim, “estamos no meio do atlântico, um ponto estratégico entre continentes” e via isso como uma mais-valia neste processo.

O Deputado Antonio Lima, no que diz respeito ao ano de 2022 e à SATA Internacional, afirmou que há valores que podem levar a resultados negativos na ordem dos 57 milhões de euros e pediu para a Presidente indigitada lhe confirmar ou desmentir essa situação. Recordou que está registado, nas últimas contas trimestrais da SATA Internacional, uma dívida de 285 milhões de euros à SATA Air Açores que não está referenciada no caderno de encargos. Dessa forma, o Deputado quis saber como é que esta dívida vai ser saldada e caso não seja, quem ficará com o prejuízo.

A Dra. Teresa Gonçalves respondeu que apesar da SATA já ter evoluído para auditorias de contas semestrais, ainda não podem adiantar valores, porque há fechos que ainda estão a decorrer. Relativamente à dívida intragrupo da SATA, ainda estão a analisar como irão tratar deste assunto, acrescentando que “são temas prematuros e não seria cauteloso falar sobre eles”.

O Deputado António Lima no seu direito a réplica e no que respeita à questão da reorganização societária da dívida da SATA Internacional à SATA Air Açores, o Deputado ficou “estupefacto”, porque não se sabendo a totalidade do passivo, na verdade não se sabe o que se vai vender. Questionou, por fim, em que situação ficam os trabalhadores.

A Dra. Teresa Gonçalves, a esse respeito, diz que os compradores saberão perfeitamente o que estão a comprar, ainda para mais, “porque estes processos de venda pautam-se por um processo de *due diligence*, e nesta fase, o que está a acontecer é que estamos a analisar as melhores soluções e caminhos a seguir”. Relativamente à posição dos trabalhadores disse que, também, estão a analisar essa situação.

O Deputado Carlos Furtado questionou a Presidente indigitada se dava garantias, enquanto anterior membro da administração da SATA, de que o caderno de encargos salvaguarda o interesse dos açorianos, porque o que se apresenta é extremamente restritivo para os interesses dos Açores. O Deputado explicou a sua questão dizendo que se “trata de um caderno de encargos desenhado pelo Dr. Luís Rodrigues, que agora passou para uma companhia concorrente, a TAP”. Por fim, perguntou se poderá estar a haver algum conflito de interesses.



A Dra. Teresa Gonçalves respondeu dizendo que o caderno de encargos não foi feito pelo Dr. Luís Rodrigues, mas sim por toda uma equipa e que foram tidos em conta os prazos e salvaguardados os interesses dos açorianos e da SATA.

O Deputado Carlos Silva começou por dizer que a manutenção da SATA Internacional é algo que preocupa o Grupo Parlamentar do PS, tendo em conta o caderno de encargos da privatização agora conhecido. Dito isto, questionou a Presidente indigitada se foi discutido com ela o seu contrato e se se tem alguma cláusula que impeça a sua saída de forma prematura.

O Deputado afirmou que a Dra. Teresa Gonçalves mantém a metodologia do Dr. Luis Rodrigues em apresentar apenas os indicadores positivos, omitindo outros relevantes, tendo, no entanto, questionado sobre o valor de avaliação de 6 euros por ação, como foi feito esse cálculo, se já com os resultados de 2022 ou com dados projetados e ainda se o prémio de controlo utilizado foi de 51% ou de 85%.

Assumindo que o que foi negociado com a Comissão Europeia foi uma alienação de 51%, perguntou o porquê de se alienar até 85%, questionando quem impôs essa condição, dado que isso pode fazer com que a posição do Governo Regional dos Açores deixe de ter qualquer influência em decisões estratégicas para a SATA e para a Região.

Relativamente às contas, o Deputado lembrou que a dívida intragrupo de 285 milhões de euros passou do passivo corrente para não corrente. A esse respeito, perguntou se há intenção de não pagar esse valor ou se há intenção de perdoar essa dívida. Quanto aos funcionários, questionou o que justifica um prazo de apenas 30 meses para os despedimentos coletivos ou extinção de postos de trabalho.

Por fim, perguntou qual a pressa em avançar já em 2023 com a privatização, porque há grande instabilidade e os resultados ainda não são favoráveis, tendo questionado ainda porque não esperar, por exemplo, até 2024 ou 2025, acrescentando que “poderia ser mais vantajoso e até valorizar a SATA”.

A Dra. Teresa Gonçalves respondeu que “avançar já na privatização foi uma decisão que se tomou e têm o processo todo orientado”. Relativamente ao valor de ação de 6 euros, disse que este valor foi calculado com os múltiplos perspetivados para 2023. Por fim, explicou que os 285 milhões de euros passaram de corrente para não corrente, porque fizeram um contrato para o alargamento de pagamento em 15 anos, daí a rubrica ter sido reclassificada.



O Deputado Carlos Silva, no seu direito a réplica, lembrou que “um acordo parassocial, é válido, mas também continuava a ser válido com os 51% ou até menos”. Relativamente à rubrica de fornecedores, o Deputado, constatou que nas contas de setembro houve um aumento significativo na dívida a fornecedores, e questionou porquê.

A Dra. Teresa Gonçalves respondeu que, efetivamente, conseguiram fechar os financiamentos em setembro, outubro e novembro, até lá tiveram uma situação complicada com a necessidade de gerir os pagamentos efetuados, sendo espetável que no final deste ano a rubrica esteja mais baixa.

O Deputado Paulo Estevão questionou a Presidente indigitada o que a levava a aceitar estas novas funções.

A Dra. Teresa Gonçalves respondeu que “foi uma decisão pessoal, e a melhor que podia tomar, porque estou dentro de todos os assuntos da SATA, acompanhado todos os dossiers”.

O Deputado Antonio Vasco Viveiros, em termos do *handling* da SATA, perguntou qual o peso da SATA Internacional nessa faturação.

O Deputado Antonio Lima perguntou se já é conhecido os valores de amortizações, porque “anteriormente disse que as operações ainda estavam em consolidação, agora diz que o caderno de encargos está finalizado”, e porque é que essas questões não foram salvaguardadas antes. Por fim, questionou o que fica garantido pela SATA Internacional em termos de serviços.

O Deputado Carlos Silva perguntou se a versão publicada do caderno de encargos é a versão definitiva ou há margem para alterações. No que diz respeito à estabilidade laboral, o Deputado, perguntou se não deveria ser mais valorizada no próprio caderno de encargos.

O Deputado Rui Martins questionou a Presidente indigitada se considera que o seu compromisso seria maior ou menor caso houvesse uma cláusula que salvaguardasse a empresa em caso de rescindir contrato.

A Dra. Teresa Gonçalves respondeu que o caderno de encargos é definitivo e que a estabilidade laboral não é só uma rubrica, é um conjunto de ações, até no que diz respeito à estabilidade da empresa.



3.º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

PS: Aprova o relatório e emite parecer de **abstenção** à indigitação da Dra. Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves para presidência do conselho de administração da SATA HOLDING, S.A., porque a Presidente Indigitada referiu ser conhecedora do Grupo SATA e do processo de privatização, mas não conseguiu justificar os resultados negativos de 2022, bem como muitas das opções consideradas no caderno de encargos para a privatização da SATA Internacional, nomeadamente: a venda já em 2023 de até 85% do capital social; o prazo de apenas 30 meses para impedir despedimentos, a manutenção de rotas para o Continente e para a Diáspora; e o prazo de 3 anos para manter a titularidade do certificado de operador aéreo.

PSD: Aprova o relatório e emite parecer **favorável** à indigitação da Dra. Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves para presidência do conselho de administração da SATA HOLDING, considerando as suas qualidades técnicas demonstradas nas respostas às perguntas colocadas na audição pelos vários deputados, experiência no sector da aviação, conhecimentos no processo de reestruturação em curso da empresa e capacidade para acompanhar o processo de privatização.

CDS-PP: Aprova o relatório. Relativamente à indigitação em apreço, atendendo ao currículo e percurso profissional, ao facto de ter acompanhado todo o processo de definição do plano de reestruturação da empresa, bem como ter acompanhado a definição do caderno de encargos que tem em vista a alienação da maioria do capital social da Azores Airlines, o GP do CDS-PP dá parecer **favorável** à indigitação da Dr^a Teresa Gonçalves para Presidente do Conselho de Administração da SATA Holding, SA.

CH: Não emitiu parecer.

PPM: Não emitiu parecer.

IL: Não emitiu parecer.

PAN: Não emitiu parecer.

BE: O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, apesar de não ter assento na Comissão Especializada Permanente de Economia, foi auscultado, emitindo parecer de **abstenção** à



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

indigitação da Dra. Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves para presidência do conselho de administração da SATA HOLDING, uma vez que essa é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional e que o parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não tem carácter vinculativo

O DEPUTADO INDEPENDENTE: Não emitiu parecer.

Ponta Delgada, 20 de março de 2023.

A Relatora

(Patrícia Miranda)

O presente relatório **foi aprovado por unanimidade.**

Ao presente relatório é anexo o *Curriculum Vitae*.

O Presidente

(José Ávila)